



Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

(Documento elaborado pelo grupo de trabalho criado nos termos do despacho n.º9311/2016, de 21 de julho e discutido em reunião no dia 8 de março, aberta a todos os professores, aos membros do Conselho Pedagógico, aos membros do Conselho de Geral e aos representantes da Associação Pais e Encarregados de Educação da Escola)

Princípios

Os oito «princípios» enunciados parecem satisfazer um perfil baseado no quadro de referência indicado no prefácio do documento que pressupõe a liberdade, a responsabilidade para a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia. A aposta na qualificação dos jovens constitui um meio imprescindível para a valorização dos cidadãos, para uma cidadania democrática e para o desenvolvimento sustentável do País, na medida em que promove a instrução e o enriquecimento cultural dos cidadãos, a sua capacidade de iniciativa e a sua criatividade. No entanto, muitos dos aspetos mais relevantes referidos na proposta de «Perfil» em apreço parecem não ser compatíveis com o sistema de ensino em vigor, pelo menos no que ao secundário diz respeito. Em vez do ensino universal, diferenciado e inclusivo por que se deveria pautar a escolaridade obrigatória, no modelo atual temos, por um lado, um ciclo exclusivamente orientado para o prosseguimento de estudos, que consideramos bastante restritivo, quer em termos da oferta de percursos curriculares, quer no que respeita à diferenciação de interesses, de motivações e de capacidades, uma vez que é fortemente condicionado pelos exames nacionais e pelas condições de acesso ao ensino superior, fatores que interferem diretamente na forma como se promovem as aprendizagens dos alunos, como se desenvolvem as práticas de ensino dos professores. Outro aspeto relacionado com os anteriormente referidos prende-se com as vias paralelas de ensino (profissional, vocacional,...) socialmente desvalorizadas e para as quais o acesso ao ensino superior continua a ser uma miragem. Para que estes princípios possam ter uma aplicação real e sustentar as competências chave que o documento propõe, pressupõe-se que haverá uma reforma ou uma revisão curricular, pois de outro modo não será possível articular essas competências e os respetivos descritores operativos com os programas das várias disciplinas. Por isso, torna-se imperativo colocar as seguintes questões: Que mudanças serão promovidas no modelo de gestão das escolas? Que alterações irão ser introduzidas nos currículos e planos de estudo? Que pensamento estratégico irá orientar a formação inicial e a formação contínua dos professores? De que forma será garantida a estabilidade da carreira docente? Ou pede-se à escola que faça o milagre de articular duas abordagens educativas contraditórias e inconciliáveis? Sem uma resposta cabal a estas questões, sem uma definição



Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

(Documento elaborado pelo grupo de trabalho criado nos termos do despacho n.º9311/2016, de 21 de julho e discutido em reunião no dia 8 de março, aberta a todos os professores, aos membros do Conselho Pedagógico, aos membros do Conselho de Geral e aos representantes da Associação Pais e Encarregados de Educação da Escola) clara dos pressupostos teóricos e metodológicos que deverão presidir a uma visão integrada do sistema educativo, como podemos perspetivar o modelo da escola do futuro?

Visão

Os nove «desígnios» indicados pressupõem a aquisição de competências de grande exigência ao nível cognitivo, psicossocial e moral, que visam a formação de um aluno detentor de competências de excelência e de um cidadão exemplar. Pretende-se que estes desígnios abranjam os alunos de todos os percursos formativos? Conhecendo-se as diferenças socioculturais, socioeconómicas e motivacionais que caracterizam a diversidade dos alunos que ingressam nos diferentes percursos formativos, os níveis elevados de abandono e a falta de assiduidade, a que se sobrepõe, não raras vezes, a dificuldade de concretizar uma «simples» atividade de recuperação das aprendizagens tal como surge consagrada no *estatuto do aluno e da ética escolar*, pergunta-se: Como pode este perfil consolidar-se em medidas exequíveis?

Valores

O documento refere cinco grandes grupos de valores que devem pautar a cultura da escola. Manifestamos particular apreço pelo item da excelência e da exigência (aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e investir na superação). De uma forma geral, a escola, em função da sua tipologia e da sua população específica, orienta a sua intervenção com base nos valores agora enunciados, quer ao nível dos conteúdos e das competências específicas das disciplinas, quer dos projetos que desenvolve em função do seu projeto educativo, quer dos critérios de avaliação que adota, do cumprimento dos direitos e deveres consagrados no *estatuto do aluno e ética escolar*, do tipo de relação pedagógica que desenvolve. Como se promoverá o respeito e o «cumprimento» destes valores? Como se assumirá a interiorização e o reconhecimento desses valores?

Competências chave

O documento aponta o desenvolvimento de dez competências chave, uma lista interessante, provavelmente comum a muitas das competências enunciadas em vários programas do ensino básico e do ensino secundário. O problema, parece-nos, consiste na articulação entre esta perspetiva, sobretudo relativamente a algumas das competências, e a realidade de um ensino fortemente condicionado por exames, por classificações finais e pelo acesso ao ensino superior,



Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

(Documento elaborado pelo grupo de trabalho criado nos termos do despacho n.º9311/2016, de 21 de julho e discutido em reunião no dia 8 de março, aberta a todos os professores, aos membros do Conselho Pedagógico, aos membros do Conselho de Geral e aos representantes da Associação Pais e Encarregados de Educação da Escola) muito centrado nos conteúdos e, por fim, pela lecionação de programas frequentemente demasiado extensos. Uma vez mais, questiona-se: Qual o «lugar» que terão no quadro educativo, qual o «tempo» reservado para o desenvolvimento destas competências? Como poderão ser articuladas com as expectativas de alunos e famílias, tendo em conta a organização atual do ensino secundário?

Implicações práticas

As sete «implicações» referidas, embora coerentes com os outros aspetos presentes neste documento e, de algum modo, inquestionáveis face à perspetiva de uma educação para o século XXI, são muito genéricas, não referem quaisquer situações de aprendizagem por níveis ou ciclos de ensino. Embora salientem *alterações de práticas pedagógicas e didáticas de forma a adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos* (p.16), não esclarecem devidamente o que se deve entender por esta *ação educativa global*. Aliás, estamos de novo perante duas perspetivas inconciliáveis. Por um lado, apresentam-se, na proposta em discussão pública, princípios de que é difícil discordar, caso se acredite numa educação que, além de rigorosa do ponto de vista dos conhecimentos e das competências, seja, também, defensora dos princípios da inclusão e permita, a todos, o sucesso e a consecução dos seus objetivos e anseios. Por outro lado, deparamos com um ensino secundário muito inflexível, organizado segundo a lógica do prosseguimento de estudos, dos resultados académicos, e das classificações de exames, do acesso ao ensino superior. Quantas das sete «implicações» são valorizadas no sistema em vigor nomeadamente pelos alunos e pelas famílias? Quantas são valorizadas nos *rankings* publicados anualmente, que são o fator mais determinante na perceção que a opinião pública tem do trabalho desenvolvido pelas escolas e pelos professores? É difícil encontrar uma que seja. E o que dizer da deterioração acentuada das condições de trabalho dos docentes nos últimos anos, que tornam muito pouco exequíveis várias destas «implicações»? Voltamos, inevitavelmente, às questões que colocámos anteriormente e cuja relevância voltamos a sublinhar: Que mudanças serão promovidas para que as práticas docentes agora preconizadas possam, efetivamente, concretizar-se?



Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

(Documento elaborado pelo grupo de trabalho criado nos termos do despacho n.º9311/2016, de 21 de julho e discutido em reunião no dia 8 de março, aberta a todos os professores, aos membros do Conselho Pedagógico, aos membros do Conselho de Geral e aos representantes da Associação Pais e Encarregados de Educação da Escola)

Comentário geral

É difícil discordar de um documento que enuncia uma abordagem educativa de base humanista, inclusiva, centrada na aprendizagem e nos alunos, que valoriza e promove as competências consideradas essenciais para o século XXI. No entanto, são notórias as contradições existentes no atual sistema de ensino, resultantes da acumulação de várias reformas e iniciativas de sentido contrário, que este documento aprofunda e alarga, bem como a deterioração das condições do trabalho docente, que estão longe de ser as necessárias para o desenvolvimento das práticas recomendadas. Colocam-se, assim, algumas questões fundamentais: Como deve ser perspectivada a função deste documento – pretende-se que esteja em conformidade com o sistema atual ou destina-se a um novo sistema a construir? Como deve ser operacionalizado nas escolas? Em que condições e com que condições? Que mudanças irão ser promovidas pelo Ministério da Educação para o tornar realmente exequível? Para que os princípios registados no documento em análise existam é importante tomar medidas e é importante que estas medidas se concretizem. Não podemos esquecer que o perfil agora definido é para **todos** os alunos, de **todos** os percursos formativos que estão abrangidos pela escolaridade obrigatória. A nota introdutória do documento refere que *Professores, educadores, gestores, decisores políticos (...)* encontram neste documento a matriz para a tomada de decisão sobre as opções de desenvolvimento curricular (..) (p.5). Apesar de o documento apresentar competências que os alunos devem desenvolver, práticas que os docentes devem adotar, não indica qualquer referência à responsabilização e à ação dos decisores políticos.

Assim, a Escola Secundária de Camões propõe que:

1. Ao nível do ensino secundário – nível de ensino final da escolaridade obrigatória para **todos os alunos** - se aumente consideravelmente a flexibilidade curricular e os percursos possíveis;
2. Se repense a identidade do ensino secundário e se dissocie a sua conclusão do acesso ao ensino superior. Sendo obrigatório, o ensino secundário não deve ser condicionado pela realização de exames nacionais, que servem também de acesso ao prosseguimento de estudos a nível superior, o que, de algum modo, orienta a ação educativa para o cumprimento dos programas e treino para os resultados, secundarizando outros

Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

100 anos
a aprender



(Documento elaborado pelo grupo de trabalho criado nos termos do despacho n.º9311/2016, de 21 de julho e discutido em reunião no dia 8 de março, aberta a todos os professores, aos membros do Conselho Pedagógico, aos membros do Conselho de Geral e aos representantes da Associação Pais e Encarregados de Educação da Escola) domínios que devem ser valorizados na formação de cidadãos responsáveis e interventores na sociedade;

3. Se respeitem rigorosamente as competências dos professores, o seu desenvolvimento profissional e o seu tempo de trabalho, não continuando a pedir-se sempre mais à escola e aos docentes, e dando cada vez menos a estes profissionais, que há longos anos se veem confrontados com um cada vez maior número de tarefas de carácter burocrático, administrativo, disciplinar, transdisciplinar, sem qualquer incentivo profissional, social, económico ou cultural;
4. Se encare com honestidade que as opções preconizadas no documento *Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória* não terão efeito prático nas escolas se não forem introduzidas alterações profundas ao atual sistema. A boa vontade de muitos professores, que existe, é manifestamente insuficiente, se queremos uma verdadeira mudança na escola.

Escola Secundária de Camões,

13 de março de 2017